ISSN: 2674-9270
Volume. 8, n. 2, jul./dez. 2026

ARTIGO

Recital
Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

# Fatores de acesso, permanência e êxito nos cursos de qualificação profissional no Centro de Formação Profissional Divina Providência em Montes Claros – MG

**Luiza Pereira de Souza**
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
E-mail: luhluiza20@gmail.com

**Rosiney Rocha Almeida**
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
E-mail: rosiney.rocha@ifnmg.edu.br

**Roberta Pereira Matos**
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
E-mail: roberta.matos@ifnmg.edu.br

***DOI:*** *https://doi.org/10.46636/recital.v8i2.757*

***Recebido:*** *05 Set. 2025*

***Aceito:*** *24 Jun. 2026*

**Como citar este artigo:** SOUZA, Luiza Pereira de; ALMEIDA, Rosiney Rocha; MATOS, Roberta Pereira. Fatores de acesso, permanência e êxito nos cursos de qualificação profissional no Centro de Formação Profissional Divina Providência em Montes Claros – MG. **Recital - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG**, v. 8, n. 2, p. 32–44, 2026. DOI: 10.46636/recital.v8i2.757. Disponível em: https://recital.almenara.ifnmg.edu.br/recital/article/view/757.

Está obra está licenciada sobre uma Creative Commons Attribution 4.0 International License. Nenhuma parte desta revista poderá ser reproduzida ou transmitida, para propósitos comerciais, sem permissão por escrito. Para outros propósitos, a reprodução deve ser devidamente referenciada. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

# Fatores de acesso, permanência e êxito nos cursos de qualificação profissional no Centro de Formação Profissional Divina Providência em Montes Claros – MG


## RESUMO

Esta pesquisa, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), teve como objetivo analisar os fatores que condicionam o acesso, a permanência e o êxito nos cursos de qualificação profissional ofertados pelo Centro de Formação Profissional Divina Providência (CFP), em Montes Claros – MG. Adotou-se uma abordagem quantiqualitativa, com aplicação de questionário a 123 egressos formados entre 2024 e o primeiro trimestre de 2025. Os resultados apontaram que o acesso esteve fortemente condicionado à gratuidade do curso, visto que a maioria dos participantes não teria condições financeiras de custear formação equivalente em instituições privadas. A permanência foi favorecida por fatores pedagógicos, sociais e institucionais, como a qualidade das aulas, o acolhimento docente, o apoio psicológico e a garantia de alimentação. O êxito foi identificado tanto pela percepção de crescimento pessoal e aumento da autoconfiança quanto pela inserção no mundo do trabalho, com destaque para os encaminhamentos realizados pela Central de Oportunidades da instituição. Conclui-se que a formação profissional gratuita, quando aliada a políticas institucionais de acolhimento e suporte, constitui um instrumento efetivo de inclusão social e de ampliação das liberdades reais dos sujeitos em situação de vulnerabilidade.

**Palavras-chave:** Qualificação profissional. Acesso. Permanência. Êxito. Terceiro setor.

## *Factors of access, persistence, and success in professional qualification courses at the Divina Providência Professional Training Center in Montes Claros – MG*


## ABSTRACT

This research, linked to the Professional Master's Program in Professional and Technological Education (ProfEPT), aimed to analyze the factors that condition access, persistence, and success in professional qualification courses offered by the Divina Providência Professional Training Center (CFP) in Montes Claros – MG, Brazil. A quanti-qualitative approach was adopted, with a questionnaire applied to 123 graduates between 2024 and the first quarter of 2025. The results showed that access was strongly conditioned by the gratuity of the course, since most participants would not be able to afford equivalent training in private institutions. persistencewas favored by pedagogical, social, and institutional factors such as class quality, teacher support, psychological assistance, and food provision. Success was identified both by the perception of personal growth and increased self-confidence and by labor market insertion, with emphasis on referrals made by the institution's Opportunity Center. It is concluded that free professional training, when combined with institutional policies of support and inclusion, constitutes an effective instrument of social inclusion and expansion of the real freedoms of individuals in vulnerable situations.

**Keywords:** Professional qualification. Access. Persistence. Success. Third sector.

## INTRODUÇÃO

A desigualdade social no Brasil é marcada por intensas disparidades no acesso a bens, serviços e oportunidades, que se refletem diretamente na educação e no mundo do trabalho. Em um país onde as chances de inserção profissional são fortemente condicionadas por fatores como origem social, cor, gênero e território, a qualificação profissional gratuita emerge como estratégia essencial de enfrentamento das múltiplas formas de exclusão. Mais do que ampliar vagas, trata-se de compreender quem acessa esses cursos, em que condições permanece e quais resultados efetivos essa formação proporciona.

No campo da Educação Profissional, essa discussão é especialmente relevante diante do desafio de assegurar condições concretas de permanência para sujeitos em situação de vulnerabilidade. Como destacam Sen (2011, 2018) e Bourdieu (1998), a desigualdade educacional não se restringe ao ingresso, mas envolve também a capacidade de transformar o acesso em oportunidades reais de aprendizagem e desenvolvimento. Para que a justiça educacional se efetive, é necessário oferecer suporte pedagógico, social e institucional que compense desigualdades estruturais e amplie as liberdades reais dos indivíduos. Na perspectiva da abordagem das capacidades desenvolvida por Sen (2011), as liberdades reais referem-se às condições efetivas de que dispõem os indivíduos para escolher e realizar modos de vida que valorizam. Dessa forma, não basta garantir formalmente o acesso à educação; é necessário assegurar condições concretas para que os sujeitos possam usufruir das oportunidades educacionais disponíveis, desenvolvendo suas capacidades e ampliando suas possibilidades de participação social. Sob essa ótica, a justiça educacional está associada não apenas ao ingresso, mas também à permanência e ao êxito nos percursos formativos.

É nesse contexto que se insere o Centro de Formação Profissional Divina Providência (CFP), localizado em Montes Claros – MG. Vinculado à Associação Divina Providência, o CFP atua desde 2012 como resposta concreta às demandas de populações em situação de vulnerabilidade, oferecendo cursos gratuitos de curta duração em áreas como tecnologia, estética, alimentação e gestão. Além da formação profissional, a instituição articula ações complementares, como alimentação, acompanhamento psicológico, oficinas de desenvolvimento pessoal e encaminhamento para o mundo do trabalho, que fortalecem a permanência e favorecem a empregabilidade dos egressos.

A relevância do estudo sobre o CFP está em dar visibilidade às práticas educativas desenvolvidas pelo terceiro setor, frequentemente invisibilizadas na produção acadêmica, mas fundamentais para a inclusão social e a democratização do acesso à qualificação profissional. O trabalho cotidiano da instituição evidencia como a formação profissional gratuita pode atuar como vetor de mobilidade social, resgatando a dignidade humana e oferecendo perspectivas concretas de inserção produtiva.

Diante desse cenário, o objetivo desta pesquisa foi analisar os fatores de acesso, permanência e êxito nos cursos de qualificação profissional do CFP Divina Providência, a partir da percepção de egressos que concluíram sua formação entre 2024 e o primeiro trimestre de 2025. Pretende-se, assim, contribuir para o debate acadêmico sobre a efetividade da qualificação profissional como instrumento de equidade e inclusão, oferecendo subsídios para o aprimoramento de práticas pedagógicas e estratégias institucionais que ampliem o impacto social da EP no contexto do terceiro setor.

## APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A trajetória da Educação Profissional no Brasil é indissociável do desenvolvimento econômico e social do país. Desde o início do século XIX, iniciativas voltadas à formação de trabalhadores surgiram como resposta às demandas impostas pela industrialização. De acordo com Cunha (2000), experiências como as "casas de educandos artífices" tinham como objetivo preparar jovens para suprir a necessidade de mão de obra técnica, evidenciando o caráter funcional atribuído à Educação Profissional desde suas origens.

O marco inicial dessa modalidade é oficialmente datado de 1809, com a criação do Colégio das Fábricas por D. João VI, voltado à educação de artistas e aprendizes (Brasil, 1999). Posteriormente, o Decreto n. 7.566/1909, assinado pelo presidente Nilo Peçanha, consolidou a institucionalização da Educação Profissional ao instituir as escolas de aprendizes artífices. Ainda que pioneiras, essas escolas enfrentaram dificuldades como a ausência de currículo padronizado e a precariedade na formação de professores, o que limitou seu alcance (Cunha, 2000).

Com a Lei n. 4.024/1961, a Educação Profissional foi incorporada de forma explícita à legislação educacional. No entanto, o período da ditadura civil-militar (1964–1985) redefiniu a função do ensino médio, impondo a profissionalização compulsória por meio da reformulação da LDB de 1961, o que gerou tensões entre a formação geral e a preparação técnica (Ramos, 2008). A promulgação da Lei n. 7.044/1982 tornou a Educação Profissional facultativa, reinstaurando a dualidade entre o ensino propedêutico, voltado à elite, e o ensino profissional, direcionado às camadas populares. Libâneo sintetiza essa realidade ao afirmar que "aos filhos dos ricos fornecia educação geral e formação intelectual, aos pobres o ensino profissional visando o trabalho manual" (Libâneo, 1994, p. 44).

A década de 2000 trouxe novas perspectivas. O Decreto n. 5.154/2004 regulamentou as formas de articulação entre ensino médio e Educação Profissional técnica, estabelecendo as modalidades integrada, concomitante e subsequente (Brasil, 2004). Em 2008, a Lei n. 11.892 criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ampliando a rede de EPT em todo o país (Brasil, 2008). Três anos depois, em 2011, foi instituído o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que buscou democratizar o acesso à qualificação profissional (Brasil, 2011). Mais recentemente, a Lei n. 13.415/2017 promoveu uma ampla reforma do ensino médio, incluindo itinerários formativos que permitem a escolha de percursos voltados à formação técnica e profissional (Brasil, 2017).

Apesar dos avanços, essa trajetória histórica evidencia a permanência de desafios estruturais. A dualidade entre formação geral e profissionalizante continua presente, aprofundando desigualdades sociais e educacionais. Como destacam Kuenzer (2002) e Ramos (2008), a Educação Profissional ainda se encontra tensionada entre sua função social de inclusão e sua função econômica de atender às demandas imediatas do mercado.

Apesar desses desafios históricos, diferentes instituições têm buscado construir experiências formativas que articulem qualificação profissional e inclusão social, especialmente no atendimento a públicos em situação de vulnerabilidade. Embora os cursos ofertados pelo Centro de Formação Profissional Divina Providência sejam caracterizados pela curta duração, sua proposta formativa não se restringe à preparação imediata para o exercício de ocupações específicas. A instituição busca articular a qualificação profissional ao desenvolvimento humano e social dos estudantes, por meio de ações voltadas ao fortalecimento da cidadania, da autonomia, da autoestima e da construção de projetos de vida. Nesse sentido, a formação oferecida procura responder às demandas de inserção no

mundo do trabalho sem desconsiderar as dimensões pessoais e sociais que atravessam as trajetórias dos sujeitos atendidos, majoritariamente oriundos de contextos de vulnerabilidade social.

## EVASÃO ESCOLAR: UM FENÔMENO QUE MULTIPLICA AS DESIGUALDADES SOCIAIS

A ampliação da rede de Educação Profissional no Brasil possibilitou o acesso de novos públicos à escola, mas a mera expansão de vagas não assegura, por si só, a permanência dos estudantes. O percurso formativo de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social é frequentemente atravessado por barreiras estruturais, como dificuldades financeiras, sobrecarga de trabalho e ausência de apoio familiar. Assim, mais do que contabilizar matrículas, torna-se imprescindível analisar as condições concretas que favorecem ou dificultam a continuidade dos estudos, o que repercute diretamente na evasão escolar.

Essa perspectiva aproxima-se das reflexões de Sen, que entende a justiça educacional não apenas como igualdade formal de oportunidades, mas como a ampliação das liberdades reais que permitem aos sujeitos usufruírem da educação de modo pleno. Segundo o autor, a justiça educacional não pode ser medida apenas pela presença de instituições ou pelo número de matrículas, mas pelas liberdades reais que os indivíduos possuem para usufruir da educação (Sen, 2018). É nesse sentido que a escola, além de oferecer acesso, deve garantir condições para a permanência e o êxito.

A permanência, contudo, não é determinada exclusivamente pelo esforço individual. Como afirmam Lüscher e Dore:

> Do ponto de vista social e individual, a escola representa oportunidade fundamental para confrontar e superar limites do contexto, diante de desejos e aspirações dos indivíduos, permitindo-lhes construir novas, mais complexas e mais amplas perspectivas de inserção e de participação na vida social. Contudo, isso requer a permanência do estudante na escola. (Lüscher e Dore, 2011, p. 154)

Esse olhar reforça que a escola, quando estruturada para acolher os estudantes em sua diversidade, pode tornar-se espaço de enfrentamento das desigualdades sociais e de construção de novas possibilidades de vida.

Sen (2015) complementa ao destacar que as oportunidades econômicas e de trabalho estão diretamente relacionadas ao nível educacional. Para ele,

> [...] as nossas oportunidades econômicas e perspectivas de emprego dependem bastante do nosso nível educacional e das nossas habilidades aprendidas. [...] A educação pode contribuir enormemente para a redução das desigualdades relacionadas com as divisões de classe e casta (Sen, 2015, p. 174–178).

Esse entendimento aproxima-se da ideia de que a escola deve ser não apenas lugar de transmissão de conteúdos, mas um espaço de ampliação das capacidades humanas, sobretudo para aqueles historicamente marginalizados.

Autores como Tinto (1989) criticam a tendência de atribuir a evasão à responsabilidade individual do estudante, ignorando o papel do ambiente escolar. Engstrom e Tinto (2008, p.

50) são categóricos ao afirmar que “o acesso sem suporte não é oportunidade”, destacando que a permanência só se concretiza quando instituições desenvolvem políticas integradas de apoio pedagógico, social e emocional.

Nessa linha, Bernard (2015, 2016) ressalta que a evasão é um fenômeno socialmente desigual: estudantes de classes populares enfrentam riscos maiores de abandono devido a trajetórias instáveis e fragilidade de suporte familiar e institucional. Ao mesmo tempo, Bourdieu (1998) demonstra como a escola, longe de ser neutra, atua na reprodução das desigualdades sociais ao transformar em mérito aquilo que é herança social e cultural. Para o autor, “os sistemas de ensino contribuem, de maneira dissimulada, para a reprodução da estrutura social, legitimando como mérito o que é, na verdade, herança” (Bourdieu, 1998, p. 26).

Essa reprodução simbólica do capital cultural explica por que estudantes das classes populares, mesmo quando conseguem acesso, encontram obstáculos adicionais à permanência e ao êxito.

Dubet (2004) aprofunda essa crítica ao mostrar que a igualdade formal de oportunidades, quando não acompanhada de políticas compensatórias, tende a mascarar desigualdades estruturais. Para ele:

> O ideal meritocrático consiste em dar a mesma chance a todos, e sabemos que, no caso da escola, estamos longe disso. [...] Para obter mais justiça, seria preciso, portanto, que a escola levasse em conta as desigualdades reais e procurasse, em certa medida, compensá-las (Dubet, 2004, p. 545).

Assim, a equidade, e não a igualdade formal, deve orientar as práticas escolares, sob pena de a escola reforçar desigualdades que deveria combater.

Por fim, Lahire (1997) lembra que a decisão de permanecer ou evadir não é fruto de uma escolha isolada, mas da confluência de pressões sociais, expectativas familiares e experiências de vida. Isso desloca a análise da culpabilização individual para uma compreensão mais ampla, em que a evasão é efeito de condições sociais e institucionais que devem ser enfrentadas por políticas educacionais inclusivas.

Portanto, a literatura aponta que a permanência e o êxito escolar não podem ser compreendidos sem considerar o contexto social dos estudantes e as práticas institucionais que possibilitam ou restringem suas trajetórias. Nesse horizonte, a justiça educacional só se concretiza, como afirma Sen, quando as instituições contribuem para “expandir as capacidades de todos (mesmo que não haja nenhum ganho distributivo)”, assegurando liberdade real para aprender, permanecer e se desenvolver (Sen, 2011, p. 332).

## O PAPEL DO CFP DIVINA PROVIDÊNCIA NA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A literatura sobre Educação Profissional no Brasil tem enfatizado, em grande parte, o papel das políticas públicas estatais e das redes oficiais de ensino. Entretanto, o terceiro setor também desempenha função relevante na democratização do acesso à formação, especialmente em regiões marcadas por desigualdades estruturais. Segundo Albuquerque (2006), as organizações da sociedade civil de caráter filantrópico e comunitário constituem uma rede de suporte complementar às ações estatais, atuando na inclusão de sujeitos historicamente excluídos do sistema formal.

É nesse contexto que se insere o Sistema Divina Providência, criado em Belo Horizonte em 1964, que expandiu suas ações para diferentes localidades. Em Montes Claros – MG, foi inaugurado em 2012 o Centro de Formação Profissional Divina Providência (CFP), com o objetivo de ampliar a oferta de cursos gratuitos de qualificação profissional. A instituição combina infraestrutura adequada, com laboratórios, biblioteca, auditório e salas equipadas, com políticas de suporte social, como alimentação, acompanhamento psicossocial e encaminhamento para o mercado de trabalho por meio da Central de Oportunidades.

Tal atuação aproxima-se da noção de justiça como equidade defendida por Dubet (2004), uma vez que busca compensar desigualdades de origem por meio de práticas de apoio pedagógico, social e emocional. Além disso, reforça a perspectiva de Sen (2011), ao promover a ampliação das liberdades reais dos sujeitos atendidos, que passam a dispor de condições concretas para desenvolver suas capacidades.

O CFP Divina Providência, portanto, não se limita a ofertar cursos de curta duração. Sua proposta articula formação profissional, acolhimento social e mediação com o mundo do trabalho, constituindo-se como espaço de transformação pessoal e inclusão social para jovens e adultos em situação de vulnerabilidade.

## MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida no Centro de Formação Profissional Divina Providência (CFP), localizado em Montes Claros – MG, instituição filantrópica que oferta cursos gratuitos de qualificação a jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social. O estudo teve como finalidade analisar os fatores que influenciam o acesso, a permanência e o êxito de egressos nos cursos de qualificação profissional.

Optou-se por uma abordagem mista, de natureza descritiva e exploratória, combinando procedimentos quantitativos e qualitativos. A dimensão quantitativa possibilitou caracterizar o perfil dos participantes e levantar indicadores sobre acesso, permanência e resultados obtidos. A dimensão qualitativa buscou aprofundar a compreensão das percepções dos sujeitos a partir da análise de suas narrativas.

Os participantes da pesquisa foram 123 egressos que concluíram cursos no CFP entre 2024 e o primeiro trimestre de 2025. Os respondentes foram selecionados a partir de um universo de aproximadamente 300 contatos disponíveis, considerando como critério de inclusão a conclusão do curso e a obtenção da certificação institucional. A opção por investigar exclusivamente egressos decorreu do objetivo da pesquisa, que consistiu em analisar os fatores associados ao acesso, à permanência e ao êxito daqueles que concluíram sua trajetória formativa na instituição. Assim, embora a evasão constitua um fenômeno relevante no campo da Educação Profissional, a presente investigação não teve como finalidade identificar as razões do abandono dos cursos, mas compreender os elementos que favoreceram a permanência e a conclusão da formação na perspectiva dos concluintes.

A coleta de dados ocorreu por meio de questionário eletrônico semiestruturado, aplicado de forma remota. O instrumento contemplou questões de múltipla escolha, relacionadas a perfil socioeconômico, fatores de acesso, permanência e êxito, além de uma questão aberta, na qual os egressos puderam expressar percepções pessoais sobre a formação recebida.

No tratamento dos dados, as informações quantitativas foram tabuladas em planilhas do Excel, possibilitando a construção de gráficos e tabelas. Já a questão aberta foi examinada

segundo a técnica de análise de conteúdo proposta por Minayo (1992), a partir de leitura flutuante, identificação de núcleos de sentido e organização em eixos temáticos.

A pesquisa respeitou os princípios éticos previstos na Resolução nº 510/2016. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFAL-MG, sob parecer nº 7.441.390/2025, e todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em formato eletrônico.

## RESULTADOS

A pesquisa contou com a participação de 123 egressos dos cursos de qualificação profissional do CFP Divina Providência, concluídos entre 2024 e o primeiro trimestre de 2025. Os resultados revelam três dimensões centrais, perfil dos egressos, fatores de acesso e permanência, e percepções de êxito, que, articuladas, evidenciam o papel da instituição na promoção da inclusão social e na ampliação de oportunidades para sujeitos em situação de vulnerabilidade.

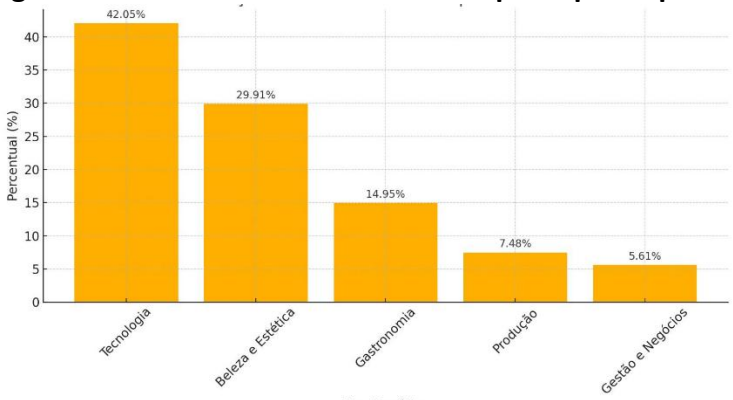
### PERFIL DOS PARTICIPANTES

Os dados apontam para a predominância de mulheres (82,6%), evidenciando que a instituição se configura como espaço privilegiado para a formação feminina. Em termos de faixa etária, destacou-se a concentração entre 19 e 25 anos (32,2%), embora tenha havido participação significativa de adultos acima dessa idade, o que demonstra a relevância da Educação Profissional também para a retomada de trajetórias formativas interrompidas.

Do ponto de vista étnico-racial, verificou-se maioria de pardos (70,2%) e pretos (12,4%), confirmando que o CFP atende majoritariamente estudantes pertencentes a grupos historicamente excluídos do sistema educacional formal e mais vulneráveis às desigualdades de inserção no trabalho. A condição socioeconômica dos participantes reforça esse cenário: 56,7% declararam viver com renda familiar de até um salário-mínimo, indicando que a possibilidade de estudar depende diretamente da gratuidade dos cursos.

Em relação às áreas de formação, houve maior concentração em cursos de Tecnologia (42,05%) e Beleza/Estética (29,91%), seguidos por cursos em Gastronomia, Gestão e Saúde. Essa diversidade reflete tanto a adequação da instituição às demandas do mercado local quanto as expectativas pessoais de ascensão social e profissional dos estudantes.

**Figura 1 – Áreas dos cursos realizados pelos participantes**




Fonte: Dados da pesquisa (2025).

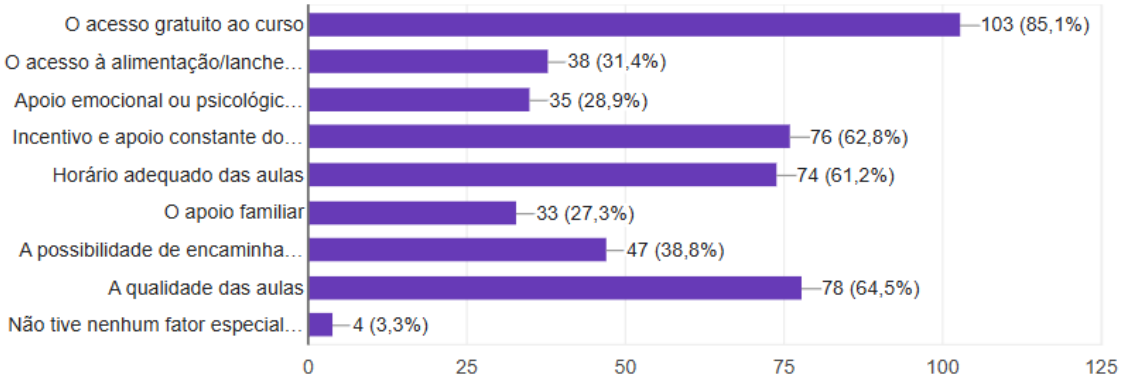
## CONDIÇÕES DE ACESSO

O acesso aos cursos de qualificação revelou-se fortemente condicionado à gratuidade, apontada por 87,6% dos egressos como requisito indispensável para a matrícula. Esse dado reforça a centralidade das oportunidades educacionais gratuitas em contextos de vulnerabilidade, onde os custos de cursos privados se apresentam como barreira intransponível. Além da gratuidade, destacaram-se como fatores de atração a credibilidade da instituição e a curta duração dos cursos, que permitem compatibilizar a formação com atividades laborais e responsabilidades familiares. Tais condições demonstram que, para além da existência de vagas, o acesso só se efetiva quando a oferta dialoga com as necessidades concretas do público atendido.

### PERMANÊNCIA NOS CURSOS

A permanência foi favorecida por um conjunto de fatores pedagógicos e institucionais. Entre eles, os egressos destacaram a qualidade das aulas e dos docentes, o acolhimento institucional, o apoio psicológico e a oferta de alimentação durante o curso. Esses elementos funcionaram como suporte essencial diante das dificuldades financeiras e pessoais, mostrando que a permanência não depende apenas da motivação individual, mas também de políticas institucionais de cuidado e acolhimento.

**Figura 2 – Fatores que contribuíram para a permanência.**

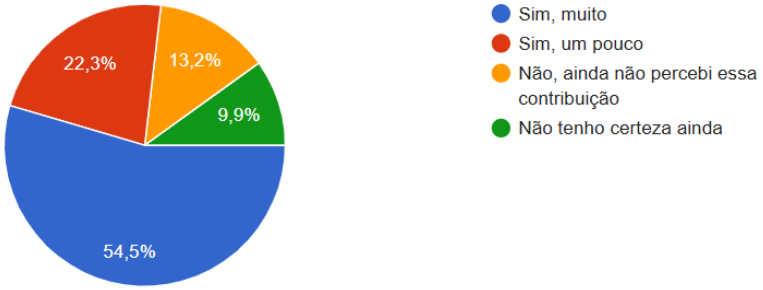



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

### ÊXITO

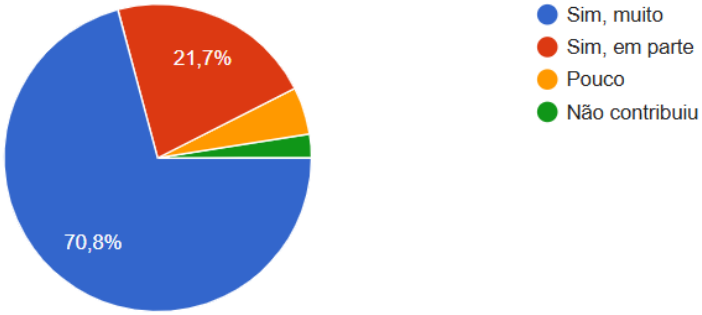
Os egressos associaram o êxito tanto à dimensão subjetiva da transformação pessoal quanto à dimensão objetiva da inserção profissional. De um lado, relataram ganhos como fortalecimento da autoestima, aumento da autoconfiança e ampliação das perspectivas de futuro. De outro, mencionaram a conquista de empregos formais e informais, frequentemente mediada pela atuação da Central de Oportunidades da instituição, que articula encaminhamentos para o mercado de trabalho.

**Figura 3 – Contribuições da qualificação para inserção no mundo do trabalho**




Fonte: Dados da pesquisa (2025).

**Figura 4 – Contribuição da qualificação para o crescimento pessoal e aumento da autoconfiança.**




Fonte: Dados da pesquisa (2025).

## DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados evidenciaram que o acesso aos cursos de qualificação no CFP Divina Providência foi condicionado, sobretudo, à gratuidade. Esse dado dialoga com as reflexões de Sen (2018), ao destacar que a justiça educacional não se restringe à existência de instituições ou de vagas, mas às liberdades reais que permitem usufruí-las. Para os egressos, a ausência de condições financeiras inviabilizaria a formação em instituições privadas, o que mostra que o simples aumento de matrículas não é suficiente sem políticas que assegurem condições concretas de ingresso.

No que se refere à permanência, fatores como acolhimento institucional, apoio psicossocial, qualidade das aulas e oferta de alimentação foram decisivos. Tais elementos confirmam a crítica de Tinto (1989), para quem compreender a evasão apenas como falha individual é uma visão limitada, pois o ambiente escolar exerce influência direta na permanência. Engstrom e Tinto (2008, p. 50) reforçam essa análise ao afirmar que “o acesso sem suporte não é oportunidade”, destacando que a permanência só se efetiva quando há uma rede de suporte pedagógico, social e emocional.

Esses achados também dialogam com Bernard (2015, 2016), ao demonstrar que a evasão é socialmente desigual, atingindo mais fortemente os sujeitos oriundos das classes populares. No caso do CFP, a adoção de práticas institucionais inclusivas como alimentação e apoio psicológico representou um mecanismo de compensação das desigualdades estruturais, funcionando como barreira à evasão.

Ao mesmo tempo, os dados confirmam a análise de Bourdieu (1998), para quem a escola, ao valorizar os códigos culturais das classes dominantes, tende a reforçar as

desigualdades de origem. A permanência, nesse sentido, não pode ser explicada apenas pela dedicação individual, mas pela capacidade da instituição de acolher os diferentes habitus e construir estratégias que reduzam as desvantagens simbólicas e materiais.

A discussão sobre êxito revelou duas dimensões complementares: a transformação subjetiva, traduzida em aumento da autoconfiança e autoestima; e a inserção profissional, favorecida pelos encaminhamentos da Central de Oportunidades. Tais resultados convergem com Sen (2015), ao afirmar que a educação amplia as perspectivas de emprego e contribui para a redução das desigualdades sociais, e com Lüscher e Dore (2011), que entendem a escola como espaço de superação de limites e de construção de novas perspectivas de inserção social, desde que haja permanência.

A análise dos relatos também evidencia a pertinência da crítica de Dubet (2004), ao apontar que a igualdade formal não garante justiça social se as desigualdades reais não forem compensadas. No caso do CFP, as políticas de suporte material e pedagógico se configuraram como práticas de discriminação positiva, fundamentais para assegurar equidade de trajetórias.

Por fim, os resultados evidenciam que a qualificação profissional gratuita, quando associada a estratégias institucionais de acolhimento, suporte pedagógico e acompanhamento social, pode contribuir significativamente para a permanência dos estudantes e para a ampliação de oportunidades educacionais e profissionais. Nesse sentido, a atuação do CFP reafirma a relevância da Educação Profissional como instrumento de inclusão social, favorecendo tanto o desenvolvimento pessoal dos participantes quanto sua inserção no mundo do trabalho

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido no Centro de Formação Profissional Divina Providência (CFP), em Montes Claros – MG, demonstrou que o acesso, a permanência e o êxito em cursos de qualificação profissional não podem ser compreendidos apenas como etapas formais de um percurso educativo. Eles constituem processos profundamente condicionados pelas desigualdades sociais, exigindo da instituição estratégias que ultrapassem a simples oferta de vagas.

Os resultados revelaram que o acesso se concretizou, principalmente, porque os cursos eram gratuitos, evidenciando que a desigualdade econômica continua sendo a principal barreira à formação profissional. A permanência não se sustentou exclusivamente no esforço individual, mas foi garantida por práticas institucionais de suporte material e simbólico, como alimentação, acompanhamento psicossocial, acolhimento docente e qualidade pedagógica. O êxito, por sua vez, ultrapassou a inserção no mercado de trabalho, sendo associado também ao fortalecimento da autoestima, à ampliação de horizontes e à construção de novas perspectivas de vida.

Esses achados reforçam a necessidade de compreender a Educação Profissional como instrumento de inclusão e equidade. Como defende Sen (2011), a justiça só se concretiza quando as instituições ampliam as liberdades reais dos sujeitos, oferecendo condições para que possam acessar oportunidades educacionais, permanecer em seus percursos formativos e desenvolver suas capacidades. A experiência do CFP evidencia que a Educação Profissional gratuita, quando acompanhada de políticas institucionais de suporte pedagógico, social e emocional, pode favorecer a permanência dos estudantes, ampliar suas perspectivas de

inserção no mundo do trabalho e contribuir para a redução das barreiras associadas às desigualdades sociais.

Conclui-se que a atuação do terceiro setor, ainda pouco visibilizada nos estudos acadêmicos, desempenha papel decisivo na democratização do acesso à Educação Profissional em contextos de vulnerabilidade. O CFP Divina Providência constitui, assim, um exemplo de como instituições não estatais podem articular formação, acolhimento humano e inserção produtiva, contribuindo de forma significativa para a redução das desigualdades sociais.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro de. *Terceiro setor: história e gestão de organizações*. São Paulo: Summus, 2006.

BERNARD, Pierre-Yves. Pourquoi considérer le décrochage scolaire comme un problème. *La vie des idées*, v. 21, p. 51-64, 2015.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural (1979). In: _____. *Escritos de educação*. Tradução de Magali de Castro; Maria Alice Nogueira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BRASIL. Lei nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Dispõe sobre a educação profissional e tecnológica, estabelece normas para sua organização e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 26 jul. 2004.

BRASIL. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 24 mar. 1999.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 27 out. 2011.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, institui a Política de Fomento ao Ensino Médio em Tempo Integral, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº 16/1999, aprovado em 5 de outubro de 1999. Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília: CNE/CEB, 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PCNE_CEB16_99.pdf. Acesso em: 9 abr. 2024.

CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

DUBET, François. O que é uma escola justa? *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 123, p. 539-555, 2004.

ENGSTROM, Cathy; TINTO, Vincent. Acesso sem apoio não é oportunidade. *Mudança: a revista do ensino superior*, v. 1, p. 46-50, 2008.

KUENZER, Acacia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. *Capitalismo, trabalho e educação*, v. 3, p. 77-96, 2002.

LAHIRE, Bernard. *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. São Paulo: Editora Ética, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

LÜSCHER, Ana Zuleima; DORE, Rosemary. Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 8, n. 1, p. 154-177, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Rio de Janeiro: Hucitec, 1992.

RAMOS, Marise. *Concepção do ensino médio integrado à educação profissional*. Natal: Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, 2008.

SEN, Amartya. *A ideia de justiça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SEN, Amartya. *Glória incerta: a Índia e suas contradições*. Tradução de Ricardo Doninelli Mendes; Laila Coutinho. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

TINTO, Vincent. Definir la deserción: una cuestión de perspectiva. *Revista de La Educación Superior*, Cidade do México, v. 18, n. 71, p. 33-51, jul./set. 1989. Disponível em: http://publicaciones.anuies.mx/revista/71/1/3/es/definir-la-desercion-una-cuestion-de-perspectiva. Acesso em: 10 set. 2024.